

## **Geografia & turismo – reflexões teóricas sobre a natureza**

*Valéria de Meira Albach<sup>1</sup>  
Eduardo Hack Neto<sup>2</sup>  
Vinicius Bonelli Vieira*

**Resumo:** O discurso intensificado da relação homem e natureza possui bases no humanismo, fruto das discussões dos filósofos do séc. XVIII, e da geografia moderna. Integrado a ciência moderna, o turismo mostra-se como um fenômeno social, o qual vem chamando atenção por fatores que contribuem para a consolidação deste fenômeno, abrindo espaço para uma análise aprofundada do saber turístico. Apresentar a geografia e o turismo como agentes transformadores da natureza, bem como discutir e elucidar a importância destas áreas para a perpetuação da mesma é o objetivo deste trabalho. A metodologia consiste em um estudo teórico, bibliográfico e exploratório. Os resultados estabelecem a importância da união destes saberes, da compreensão e atuação na natureza, bem como a evolução teórico-conceitual das referidas áreas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia; Turismo; Natureza.

### **Introdução**

Diante uma realidade pós-moderna, a sociedade e a natureza até então presentes no discurso ambiental remetem questionamentos sobre sua origem epistemológica, fundamentalmente no que se diz respeito ao conceito de natureza. Tendo como base, a ciência moderna, acompanhada por uma discussão analítica em casualidades deterministas, apresentam em sua temática, inicialmente no âmbito interno da geografia, questões da ciência ambiental que explicam e simplificam diferentes momentos da história e a relação da sociedade com a natureza.

A geografia, em uma tendência contemporânea tem contribuído para esta discussão, considerando sua dialética pautada em fatores sociais e naturais. Esta tendência iluminista já faz parte da base ideológica da geografia e possibilita um estudo analítico entre a transformação da sociedade e a resolução dos problemas ambientais.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná- UFPR. E-mail: val.albach@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal do Paraná- UFPR. E-mail: eduardohackn@hotmail.com

Não obstante a necessidade de discussão da natureza na geografia, que compreende a dinâmica da ciência geográfica e sua base epistemológica, para então identificar a construção do conceito de natureza e a dominação do ser humano com o meio natural. O turismo, fenômeno de estudo recente, possui esta mesma necessidade, pois o mesmo insere-se no campo de lazer, que se baseia primordialmente em atividades tidas como experiências complexas de crescente inserção na vida das sociedades atuais (MARINHO e BRUHNS, 2003).

Esta área de estudo, pauta-se muitas vezes, na fuga e no escapismo das massas, castigadas pelas pressões urbanas de uma sociedade pós-moderna. O capitalismo desenfreado provoca no homem atual, viagens-sonhos, seguidos de experiências, que ajudam na sobrevivência. De encontro aos anseios deste homem a natureza possui papel *sine qua non* não só para o consumo destes espaços pelo turismo, mas também para a perpetuação das futuras gerações. Neste sentido, o presente estudo, baseado na historicidade, somado a reflexões teóricas, dos campos da geografia e turismo, pretende discorrer sobre a temática da natureza. Esta pesquisa caracteriza-se por ser um estudo teórico, bibliográfico e exploratório. .

### **A geografia na natureza e a natureza na geografia**

A presente abordagem baseia-se primordialmente em obras de caráter teórico e científico representados pelos seguintes autores: Gomes (2005), Camargo (2005), Mendonça e Kozel (2004), Mendonça (1998), Moreira (2007), Cidade (2001), Sposito (2001) entre outros.

A geografia intimamente ligada ao período da modernidade, objetivada a apresentar uma imagem renovada do mundo, procura integrar natureza e cultura dentro de um mesmo campo de interações. Há aproximadamente 20 anos a geografia foi marcada por uma discussão sobre a idéia de crise (econômica, política, social e da ciência). A geografia moderna é considerada a união de uma tradição matemático-geográfica, atribuída a Ptolomeu, e uma tradição histórico-descritiva, devida a Estrabão, que durante o século XIX, para compor a imagem de cada região, recorreu a diferentes elementos econômicos, etnográficos, históricos e ambientais.

Este projeto iluminista, entendido como ciência moderna, pode ser considerado como uma vertente positivista, onde se tem o saber sistemático, precisão, linguagem e lógica positiva e uma vertente normativa que segue determinadas regras e condutas. Diante este contexto, a geografia moderna, é considerada então, uma amálgama de escolas e pensadores

pelas quais passou. Sua gênese ocorre no período de 150 anos que se estende a partir de 1750, mas é fruto, primordialmente do séc. XIX, influenciada principalmente pelos alemães Kant, Humbolt, Ritter e Ratzel. Seu discurso possui elementos que permeiam a “escola alemã”, a “escola francesa” e a “escola anglo-saxônica” de geografia.

Segundo Gomes (2005), o final da Idade Média ocorre quando sentimentos novos começam a se desenvolver no mundo. Desta época, a geografia salta para o séc. XVIII, e é especificamente por volta de 1754, que entre os alemães, inicia seu caminho científico. Inicia-se então a modernidade, idade da renovação permanente. Os discursos ali existentes circulam em duas vias: a da “geografia político-estadista” e da “geografia pura”. Em tempo, destaca-se que a “geografia político-estadista” dava maior ênfase aos problemas internos da Alemanha, mas que se estendia para a “geografia pura”. Neste sentido, não bastava mais a tarefa subsidiária da natureza “político-estadista”, mas sim de uma geografia que oferecesse uma política espacial, e assim, não poderia mais resumir-se em um quadro descritivo dos espaços.

É nesta esfera que a geografia ganha *status* de ciência. Quando deixou de ser uma “ciência alemã”, já na virada do séc. XIX, se encontrará com suas bases epistemológicas, teóricas e metodológicas prontas. Ressalta-se que neste mesmo momento, enquanto a geografia, sob a ótica capitalista era responsável pela unidade alemã, para França e Inglaterra tinha papel de viabilizar a expansão colonial. Nota-se aí que existe falta de uma política colonial da Alemanha e o atropelamento de uma política espacial doméstica, e, portanto, estes fatores geram “duas geografias”.

Assim surge o Kantismo. Para Kant por cerca de 40 anos (de 1756 a 1796) o conhecimento era dado pelos sentidos, e, portanto, empírico. Este conhecimento empírico advém da percepção, pelos sentidos, havendo um “sentido interno” que revela o homem (antropologia pragmática), e um “sentido externo”, que revela a natureza (geografia física). Esta influência possibilita que o pensamento científico seja julgado como uma conduta lógica, ou seja, mantém uma posição objetiva e racionalista. Assim, caberia a geografia a sistematização, no plano do espaço, e a história no plano do tempo. Nesta discussão entre geografia e história, Kant afirma que estas áreas (espaço e tempo) possuem “lugares conceituais” distintos, mesmo quando se combinam – são saberes separados, a história é uma geografia contínua, e a geografia é um corte na história.

Para se compreender a ênfase de Kant na geografia física, observa-se que para sua época a natureza era concebida como uma massa de matéria e força, como uma “natureza

dotada de vida e movimento”. Percebe-se, neste sentido, a conotação de organismo vivo (para a natureza), algo que está em constante transformação e dinamismo.

Alexandre von Humboldt (1769 – 1859) e Karl Ritter (1779-1856) vivenciam a unificação alemã e seu desenvolvimento tardio capitalista. Com eles nasce a geografia, definitivamente acadêmica, científica, ensinada nas escolas. Humboldt<sup>3</sup>, naturalista alemão, considerado como um dos primeiros pensadores da geografia moderna, influenciado pela escola francesa, considerava a natureza enquanto conjunto orgânico. Especificamente aborda a geografia-ecologia, que é entendida como a concepção do mundo em unidade cósmica, que envolve o próprio homem, assim, embora não subordine o homem ao meio, propõe maior ênfase à natureza e a entende como um todo em movimento. Já Ritter (estudioso da antropologia), propõe a geografia-história, cuja essência está no entendimento de mundo como um antropocentrismo, onde se entende que o homem é o ponto de partida e a finalidade das coisas. Para Ritter, existe uma teologia na natureza, e assim, a mesma serve para servir ao homem. Não obstante as percepções diferenciadas da natureza existam para estes estudiosos, ambos vêem à geografia como um somatório das coisas naturais e humanas, sobre a qual os homens vivem e sobrevivem.

Na seqüência dos fatos históricos, ressalta-se que neste dado momento a Alemanha, continuava sofrendo de um grande atraso no desenvolvimento social e econômico. Este fato proporcionou a limitância do surgimento de fortes correntes do pensamento humanista e racionalista, os quais já estavam mais desenvolvidos em outras nações. Nesta panacéia de elementos que formam esta nação, ocorre em 1871, a unificação alemã, fruto da resolução da “questão regional interna”, e da guerra franco-prussiana (1870), da qual sai vitoriosa.

Neste cenário, de compreensão das relações entre o homem e meio, surge Ratzel (1844 – 1904) caracterizado pelo conhecimento objetivo nas ciências sociais, propõe então, estabelecer leis gerais para a compreensão desta relação homem-meio. Demonstrará com maior visibilidade, o comprometimento da geografia com os propósitos imperialistas da burguesia alemã. Ainda, o mesmo une a geografia alemã com o materialismo mecanicista inglês, leia-se, mais exatamente da obra “A Origem das Espécies”, do biólogo e naturalista Charles Darwin.

A referida obra representa um salto no conhecimento humano e na quebra de paradigmas religiosos, ainda, contempla com mérito a evolução das ciências naturais

---

<sup>3</sup> Influenciado pelos pensadores Diderot e Voltaire, ambos marcados pelo período do Iluminismo.

(principalmente da biologia), mas que por outro lado, possui uma visão mecânica da evolução natural das espécies. Neste sentido, destaca-se que, para Ratzel, a história humana possui as mesmas leis que regem “mecanicamente” as espécies vegetais e naturais e, portanto, a sociedade era entendida como um organismo propriamente vivo.

Ratzel retira a concepção de sociedade como um organismo e a concepção naturalista do desenvolvimento da sociedade humana. Introduce assim, a teoria do “determinismo geográfico” e a “teoria do espaço vital”. Esta última, baseia-se na “teoria da seleção natural das espécies”, que aborda a luta pela sobrevivência destas, que resulta na perpetuação da mais forte. Sendo basicamente esta luta por espaço, não foi difícil a analogia com a luta dos homens com relação ao capitalismo. Assim, as relações capitalistas ficam “naturalizadas”, ou seja, uma relação de estabilização entre a população e os recursos, mediada pela disposição técnica (MORAES, 1990 *apud* CORRÊA, 2003). Ratzel se interessava pela relação solo e cultura e pensava ser capaz de estabelecer leis regulares explicativas, ou seja, construindo ao fim uma teoria espacial positiva. Ainda, coloca o Estado como organismo vivo, e para tanto, coloca o homem (nos planos de existência, tanto mental como civilizatória) como agente determinante do seu meio natural (teoria do determinismo geográfico). Portanto, o raciocínio deste autor segue a seguinte ordem: homens agrupam-se em sociedade, que é o Estado, que é um organismo. Tanto a sociedade quanto o Estado são filhos (orgânicos) do determinismo do meio. Ainda, o Estado, é entendido como a forma cristalizada que adquire em cada relação homem-meio, ou seja, seu próprio resumo (GOMES, 2005).

Com as intempéries da escola francesa que assumia caráter “utilitário”, informativo e descritivo por consequência das guerras, a escola alemã de geografia torna-se modelo a ser seguido, pois os mesmos desejavam alcançar o nível de ciência. Das críticas aos trabalhos de Ratzel resulta a peça fundamental da “escola francesa”: a teoria do possibilismo, formulada por Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918). Este colocará a “escola francesa” em outros patamares, pois expõe suas idéias para o Estado francês melhor que seus companheiros, assim, a geografia ganha status de oficialidade neste país, após La Blache não ocorrerá outro pensamento geográfico que não seja a “lablacheano”. Ao mesmo tempo em que a “escola alemã” apoiou-se no idealismo kantiano com Humboldt e Ritter, e no idealismo inglês com Ratzel, a “escola francesa” apoiar-se-á no funcionalismo, pelo qual se absorve o positivismo. Durkheim (1858 – 1917), que debatia academicamente com La Blache, afirmará em seu

“Método de investigação sociológica” que os processos sociais são relações entre as coisas, com visão das partes de um todo orgânico e harmônico.

Humboldt e Ritter, proporcionaram as discussões sobre e a separação entre homem e meio, este fato, para os franceses ganhará caráter sistemático. Para a “escola francesa” a geografia dividia-se em física (Humboldt), humana (Ritter) e outras subdivisões. Ainda, no que tange suas respectivas escolas de referência – totalidade e região – será entendida para os franceses como uma separação entre geografia geral (Humboldt) e a geografia regional (Ritter). Neste sentido, destaca-se que a região consagra-se como objeto da geografia, notadamente francesa.

A geografia francesa ganhará o mundo, com respeito de Ratzel. O “determinismo geográfico” cairá ante o “possibilismo geográfico”, pois demonstra que, com o suporte da história e da etnografia, existe uma relação recíproca entre o homem e o meio, e neste sentido, a necessidade humana, coloca este ser com amplas possibilidades de dominar este meio.

Rudolf Kjellén (1864-1922) afirma (relacionado aos estudos de Ratzel) que “espaço é poder”. Portanto, sob esta ótica, será na Alemanha Nazista que a geopolítica institucionalizar-se-á como política oficial do Estado e disciplina escolar. Acrescenta-se, neste sentido, que a geografia é sempre uma geopolítica, pois se baseia em um discurso sobre “poder”, dos homens sobre a natureza e dos homens sobre os homens.

Por fim, destaca-se que em meados do séc. XX, a “escola anglo-saxônia”, fora representada por Sauer, Hartshorne e Schaefer, que definem o fim de uma época, a da geografia clássica. O culturalismo de Sauer reforçava a crítica ao positivismo determinista, afirma que toda ciência só adquire uma identidade através da escolha de um objeto e de um método. Este teórico manteve uma perspectiva crítica em face do racionalismo estrito, considerando que o conhecimento científico não deve ser o único método, mas que a geografia deve trabalhar com elementos objetivos. Hartshorne, caracterizado por seus métodos regionais, traz em suas obras, uma crítica à dicotomia entre a geografia geral e regional e a físico-humana. Para ele, diferentemente da escola francesa, a geografia deve proceder à análise racional da realidade, ou seja, um julgamento lógico e demonstrável.

Já Schaefer, rompe através de suas críticas racionalistas os princípios do pensamento de Hartshorne, contestando então, a interpretação da ciência geográfica proposta, seu conteúdo e sua conduta. Defende que a geografia moderna deve romper com as atividades históricas às quais estava associada, substituindo a legitimidade advinda da tradição por uma

identidade metodológica, partilhada por todas as disciplinas. Atribui então, a importância ao discurso científico, ou a linguagem como elemento fundamental do método científico.

A “revolução quantitativa e teórica” da geografia, em contrapartida da “velha geografia” (de origem europeia), procura a mundialização do capital, por meio do capitalismo americano, personificado através das empresas multinacionais. Confere-se a esta escola o salto epistemológico da geografia, pois a mesma não se resumia em descrições, sobretudo, possuía fundamentos metodológicos que se baseiam em matemática e cibernética.

Esta transformação de entendimento dos conceitos de paisagem, faz com que a costumeira descrição (morfológica) passe à matematização da mesma, com rigorosas tipologias de padrões espaciais. Deste modo, a revolução matemática favorece a revolução da tecnologia, que por consequência, colocará os computadores dotados de um poder sobre a natureza, pois esta, diferentemente das formas tradicionais que era demonstrada, passa a ser controlada de uma forma mais sofisticada, através da “geografia político-estatística”.

A nova geografia, marcada pela expansão do sistema capitalista, surgida pós-guerra, diante um progresso técnico, retrata a difusão de novas culturas, industrialização, urbanização, entre outras relações espaciais. É a partir da década de 1970, que novas correntes surgem como crítica ao modelo neopositivista do espaço, destacando-se a corrente da geografia humanista e a geografia crítica, ambos considerando o consumismo irão discutir a natureza sobre a ótica de dominação do meio natural.

Com base na evolução histórica da geografia percebe-se que se torna praticamente impossível dissociar esta área da natureza, pois a mesma possui, desde sua gênese, crescimento e transformações, elementos que pautam a compreensão e percepção das sociedades, dos referidos momentos históricos, pois os mesmos agem e interagem direta e indiretamente com a natureza.

### **O turismo na natureza e a natureza no turismo**

O fenômeno turismo tem caráter eminentemente moderno (URRY, 1996; ANDRADE, 1998; LASH E URRY, 1994) e capitalista (TRIGO, 1998). Seu surgimento se deu com o desenvolvimento das tecnologias, do transporte das guerras e principalmente da necessidade do ser humano, frente ao processo de industrialização, em desfrutar do lazer (TRIGO, 1998).

No que tange sua natureza, ou seja historicidade, o turismo, em seu princípio, era entendido apenas como viagem por simples prazer. Porém, ainda é, para muitos, incompreensível que existam várias motivações que levam uma pessoa a viajar. Da antiguidade até o século XIX, identificavam-se viagens para o comércio, cura, religião entre outros, o que se denota que não se viajava somente por prazer, mas que já estavam fazendo turismo.

Para Urry (1996), a Revolução Industrial introduziu, na sociedade, uma forma diferenciada de se entender o fator tempo. E este fator que no passado se confundia com o viver do homem, na era moderna, assume formas diferentes para atividades igualmente diferentes. Assim, compreender o significado do lazer e turismo, enquanto fenômenos, significa entender como e porquê a sociedade contemporânea está e onde ela está.

O tempo, na sociedade industrial, possui valor singular, principalmente pela raridade deste fator para o homem urbano industrial. Assim, torna-se um bem extremamente valorizado, fundamentalmente na sociedade que é então escrava de seus horários e compromissos, que sempre agendados visam à constante otimização do mesmo (DE MASI, 2000). Até a Revolução Industrial, o tempo de que dispunha a maioria das pessoas se diluía entre o conjunto de atividades diárias, as festas e os jogos tradicionais (URRY, 1996). Esta revolução somada as conquistas sociais dos trabalhadores colocaram em marcha novos processos de produção. As indústrias atraíram para perto de si a mão-de-obra de que necessitavam. As vilas e as cidades incharam-se, e estas tomaram formas de megalópoles. A excessiva concentração urbana passa a constituir um sério problema para os seus habitantes, afetados pela poluição sonora, visual, do ar e das águas. O homem urbano da era moderna encontra-se ameaçado, seus estados físico e psíquico foram atingidos duramente. Para reverter esta situação, uma das válvulas de escape encontradas foi o lazer. Assim, a necessidade do lazer cresce com a urbanização e a industrialização (YOUPELL, 2002 e TRIGO, 1998).

Na medida em que o homem passa a viver nas cidades densamente povoadas, mais ele se ressentido da necessidade de um tempo livre para colocar seu corpo e sua mente novamente em ordem. A obtenção de um tempo livre maior passou a ser uma luta abraçada pelos trabalhadores do mundo inteiro (TRIGO, 1998). Com isso, iniciou-se uma luta pela diminuição da jornada semanal do trabalho. Esta conquista, inclusive, tem sido responsável pelo turismo de massa de fins de semana, em geral via transporte rodoviário de curta distância e a hospedagem baseada em residências secundárias.

Posteriormente, os trabalhadores, através dos sindicatos, concentraram as lutas na redução da idade para a aposentadoria e em melhores salários, condições necessárias para poderem desfrutar melhor o tempo livre (TRIGO, 1998). Atualmente, o tempo livre é um direito conquistado, embora nem todos os trabalhadores tenham as mesmas oportunidades para aplicá-lo à prática do lazer diário, semanal e anual. Através da “fuga” semanal e anual procura-se viver novas experiências, conhecer novas formas de vida, novas culturas e povos, descobrir um mundo diferente daquele que se é forçado a viver.

O progresso tecnológico ocorrido no transporte aéreo após a 2ª Guerra Mundial (ACERENZA, 1991), resultou em um aumento de segurança, velocidade e capacidade dos aviões. Isto fez com que áreas antes tidas como remotas se tornassem acessíveis. Este progresso será acentuado pela crescente demanda por viagens aéreas, principalmente pelo fato do aumento da renda *per capita* nos países desenvolvidos, assim como o crescente interesse pelo conhecimento de outras regiões, a negócios ou por prazer. O progresso registrado pelo transporte aéreo no decorrer das duas últimas décadas foi tanto causa como efeito da expansão do turismo (TRIGO, 1998), pois este é inseparável e dependente do ato de viajar, o que ocasionou seu efeito massivo (ACERENZA, 1991).

A indústria e a vida nas cidades se constituem em face da propriedade rural, dela se tem traços e estigmas que irão permanecer durante um longo tempo. No seio da cidade, em face da natureza, da vida camponesa, do campo já modelado pelo trabalho agrícola, que se engaja e se desenvolve um conflito de imensas conseqüências. Em tempo, destaca-se que neste período da Revolução Industrial, a vida nas cidades, antes valorizada como sinal de civilização em oposição à rusticidade da vida no campo, passou a ser criticada, sendo que o ambiente fabril tornava o ar irrespirável. Com isso, a vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo pelas classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola. O crescimento populacional, principalmente nas cidades inglesas, teria originado um sentimento anti-social ou antiagregativo, originando uma atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual (DIEGUES, 2002).

A evolução histórica demonstra, com a evolução do fenômeno turístico, que a consolidação do mesmo ocorre a partir da Revolução Industrial. No século XX, tem-se o crescimento das cidades industriais, sendo que vilarejos acabam se tornando cidades e as pequenas cidades em grandes. A burguesia ainda detendo o capital, por meio dos meios de produção, permite que esta relação de dominação se estenda e se amplie cada vez mais.

Segundo Lefebvre (1999), a relação que se tem neste período entre a indústria e a natureza, citando Marx, é basicamente de transformação e produção. O autor ainda descreve que a grande indústria faz desaparecer o natural e a sua força de agressão contra a natureza não tem limites.

Diante este processo de urbanização aliado ao desenvolvimento tecnológico e a uma exploração descontrolada dos recursos naturais, surge como resultado ao homem moderno num *modus vivendi* estressante e doentio. No entanto, países altamente industrializados e urbanizados destinam aos espaços rurais e as áreas naturais, um modo de vida idílico, ou seja, diante a tal realidade, grande parte da população urbana tem buscado a cura para os males da vida moderna. Esta relação acabou estimulando nos indivíduos uma valorização do meio natural, muitas vezes por causa de suas raízes que haviam deixado para trás ou por estarem tão envolvidos no cotidiano do meio urbano que tinham a visão de que o meio rural ou as áreas naturais seriam o ideal de lazer e descanso, e, para tanto, deveriam ser protegidas.

Pode-se conceber o turismo existindo sem atrações organizadas, sem centros de diversões ou até mesmo sem hotéis, pelo menos para alguns amantes da natureza e refugiados da cidade. Ainda, considera-se que este fenômeno definitivamente é uma atividade que tem lugar dentro do tempo livre e que este contribui para a melhora da qualidade de vida da população, uma vez que procura satisfazer suas necessidades mínimas de subsistência, alcançando melhores condições de saúde, moradia e educação (BENI, 2001).

A natureza da discussão do fenômeno turístico, necessita da contextualização do lazer e do tempo livre na sociedade, e a partir desta pode-se formular teorias sobre o turismo. Panosso Netto (2005) organiza as teorias em “fase pré-pragmática” (sem formação de escolas do pensamento turístico, mas de apoio a novas pesquisas), “fase paradigma – sistema de turismo” (por meio da teoria dos sistemas explica a dinâmica do turismo), e “fase novas abordagens” (visa superar a fase paradigma, reformulando a teoria dos sistemas aplicada ao turismo ou por meio de recolocar o homem no centro da discussão do turismo), além dos períodos de transição entre estas. A primeira é representada por Fuster (obra de 1971) e Jafar Jafari e Bret Rietchie (publicação de 1981), a transição, por autores da Teoria Geral dos Sistemas, por Cuervo (obra de 1967) e Wahab (obra de 1977). A segunda fase por Leiper (publicação de 1979), Sessa (publicação de 1985), Beni (tese de doutorado em 1988 publicada em livro em 1998), Boullón (obra de 1995) e Getz (1986). A transição para novas abordagens

por Martinez (obra de 2004), Krippendorf (obra de 1994) e Molina (obra de 1991) e a consolidação das novas considerações por Jafari (obra de 1995) e Tribe (obra de 1997).

Cada teoria possui conceitos e definições distintos de turismo e em alguns casos, complementares, além de princípios de análises e discussões. É válido ressaltar que a conceituação do turismo e o enfoque das teorias variam notadamente de acordo com as disciplinas em que os autores se relacionam, pois o turismo possui caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar (BENI, 2001), sejam elas econômicas, sociológicas, geográficas ou até mesmo de aspectos legais. As definições iniciais (anteriores as teorias) surgiram de estudiosos da economia (anos de 1910, segundo BENI, 2001) e para fins de controle da atividade e embasamento para a classificação de dados estatísticos, surgem às definições técnicas, como a da Organização Mundial do Turismo - OMT (2003, p.20): “turismo são as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por não mais de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos”. Desta forma, devido à ampla natureza do tema, torna-se difícil um consenso da definição do tema do conceito do termo turismo (YOUELL, 2002). Porém, para que o setor turístico evolua seria necessário a consolidação de um conceito que seja aceito universalmente (BOULLÓN, 2001).

Ruschmann (2003, p.10) afirma em relação ao planejamento do turismo que este “é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir”. Sendo assim, a natureza é o alicerce para o desenvolvimento desta atividade socioeconômica, sem a compreensão íntima da relação natureza com turismo os riscos a sua continuidade são existentes.

O turismo, diferentemente de outros campos do conhecimento, é estudado há poucos anos. Desta forma, ressalta-se a importância do constante estudo e análise, pois este fenômeno, que também é fruto da necessidade do ser frente o stress urbano, da fuga, do escapismo, está aliado com a sociedade e com a natureza, ambas em constante transformação

### **Considerações finais**

Considerando o contexto histórico assim descrito, entende-se que o conceito de natureza para o homem contemporâneo sofre uma tendência do cartesianismo-newtoniano, e carrega ainda uma ideologia iluminista-positivista, que durante um longo século se relacionou

com diversos métodos científicos, bem como, métodos empíricos provindos de um imaginário popular. A dominação da natureza, é destacada como um sonho deste ser humano contemporâneo, possibilitando à sociedade, diante sua dinâmica, o entendimento dos diversos fatos naturais representados por efeitos climáticos e ou mesmo pelas suas características.

Seguindo uma linha determinista da geografia física, destaca-se que a sociedade atual em um entendimento da natureza, através de seu domínio racional, considera esta dinâmica natural como um fato previsível, palpável, dominável e possivelmente reversível. No entanto, este processo de dominação da natureza, marcado também pelo racionalismo, fragmentou o ser humano deste meio natural. Influenciado fortemente, durante a modernidade, por um sistema capitalista, que objetiva a maximização do lucro por meio da transformação dos recursos naturais em bens econômicos.

A visão deste sistema cega a dominação racional da natureza, mantendo a concepção de que estes recursos naturais, até então, explorados fortemente, serão fontes inesgotáveis para a humanidade. Porém, esta ilusão expande a fragmentação do ser humano com o meio natural, utilizando-se destes recursos a fins de desenvolvimento e lucratividade. A necessidade passa então a um segundo plano, impossibilitando a interação das sociedades humanas com a natureza.

Segundo Suertegaray (2004), ao se tratar da concepção de natureza de Milton Santos, defende que o conceito de natureza é um produto social reflexo do uso de tecnologias e habita o imaginário da sociedade. Esta, fruto de diferentes ideologias, dotada de diversos preconceitos e principalmente por uma visão de dominação cega da natureza, permanece inerte enquanto o sistema capitalista consome a natureza e o bem-estar da sociedade.

Dentre os filhos deste sistema, acrescenta-se que o turismo possui seu desenvolvimento e crescimento nestes últimos trinta anos, e portanto, tem estimulado pesquisadores para a conceituação deste fenômeno. Sendo assim, o incremento em nível teórico, inicialmente pela Ciência Social e seguidamente pela Ciência Aplicada, marcada pelo planejamento, entre outras áreas, possibilita um tratamento geográfico deste fenômeno.

Partindo de uma ótica interna do capitalismo, buscou-se discutir e construir, diante um fenômeno social, a dialética da natureza em uma visão sem preconceitos. Entende-se, através do turismo e da geografia, os elementos que se inter-relacionam e constroem o conceito de natureza. Cabe então, em uma ótica transdisciplinar, munida da necessidade social com relação à atividade do turismo, inserir uma abordagem pautada pela ciência geográfica

das diversas reflexões, compreensões e percepções naturais. Esta contribuição, entendida como uma das áreas do saber, fortifica e colabora para a produção do saber turístico.

### Referências

- ACERENZA, M. A. **Administración del Turismo**: conceptualización y organización. Vol 1. México: Trillas, 1991.
- ANDRADE, J. V. **Turismo – Fundamentos e Dimensões**. 8 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 5º ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- BOULLÓN, R. C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru: EDUSC, 2001.
- CAMARGO, L. H. R. **A ruptura do meio ambiente**: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CIDADE, L. C. F. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. In: **Terra Livre**. São Paulo, n.17, p. 99-118, 2 semestre, 2001.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. IN: CASTRO, Iná (org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DE MASI, D. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Brasília: José Olímpio, 2000.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec: USP, 2002.
- GOMES, P. da C. **Geografia e modernidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- LASH, S; URRY, J. **Economies of signs and spaces**. Londres: Sage, 1994.
- LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- MARINHO, A. e BRUHNS, H. T. **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, 2003.
- MENDONÇA, F e KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora UFPR, 2004.
- MENDONÇA, F. **Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1998.
- MOREIRA, R. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- OMT. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.
- RUSCHMANN, D. van de M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 10ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2003.
- SPOSITO, E, S. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. In: **Terra Livre**. São Paulo, n.16, p. 99-112, 1 semestre, 2001.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia física (?) geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, F.; KOTZEL, S. (orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2004.
- TRIGO, L. G. G. **A sociedade pós-industrial e o profissional do turismo**. Campinas: Papirus, 1998.
- URRY, J. **O olhar do turista**: viagens e lazer na sociedade contemporânea. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 1996.
- YOUELL, R. **Turismo uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.